



**II Congresso de
Assistentes Sociais
do Estado do Rio de Janeiro**
11 a 13 de maio de 2016



**Rede Socioassistencial para Egressos do Sistema
Penitenciário: Desafios em sua construção.**

Mariana Leiras

**Natureza: Resultado de Pesquisa
Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.**

Assistente Social e Mestre em Serviço Social

Contatos: (21) 9 7137-0591/ 3257-2721

Email: marianaleiras@yahoo.com.br



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



REDE SOCIOASSISTENCIAL PARA EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: DESAFIOS EM SUA CONSTRUÇÃO.

Resumo

O presente trabalho tem como foco os processos de organização da Rede Socioassistencial voltada para o atendimento a egressos do sistema penitenciário. A necessidade de analisar os processos de organização da Rede, surgiu a partir da inserção na Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (RAESP), que tem como objetivo, integrar ações para promover a cidadania dos egressos do sistema penitenciário. Para tanto, realizamos um levantamento de iniciativas no município do Rio de Janeiro, vinculadas as instituições públicas, privadas e da sociedade civil, bem como uma análise dos serviços ofertados por estas instituições, frente às demandas apresentadas pelos usuários. A metodologia de pesquisa incluiu análise documental, visita as instituições que compõem a Rede de Apoio ao Egresso e entrevistas. O referencial teórico foi constituído por abordagens de Políticas Sociais e Penais, Redes Sociais e Movimentos Sociais, de Atendimento ao Preso e Assistência ao Egresso. Como resultante, verificou-se que em decorrência da estruturação do sistema penitenciário, que não promove a inserção social do egresso, é que se instala uma imensa demanda de egressos, completamente despreparados para enfrentar o resgate de suas vidas. Assim, pode-se considerar que o estudo colabora para constatação de que não existe uma política pública nacional efetiva de atendimento ao egresso, o que faz com que a ação da rede socioassistencial, seja responsabilizada pela resolução de demandas apresentadas e a promoção da dignidade deste segmento de usuários.

Palavras-chave

Assistência Social; Egressos; Rede Socioassistencial.

Abstract

This work focuses in the organization processes of Social Assistance Network, geared to Egress of Prisons. The need to analyze the network organization processes came from the inclusion in the Support Network Egress of Prisons (RAESP), whose purpose is to integrate actions to promote egress citizenship. To this end, we conducted a survey inspection of initiatives in the municipality of Rio de Janeiro, in public, private, civil society and an analysis of the services offered by these institutions and the demands presented by users. The research methodology includes legislative analysis,



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



visit the institutions that make up the Support Network Egress and interviews. As a result, it was found that due to the structuring of penitentiary system that does not promote the inclusion of graduates that install a rouge demand of egress leaving the prison system, completely unprepared to deal with the rescue of their lives. Therefore, it can be considered that the study contributes to the realization that there is not a national public policy customer egress, which makes the action of social assistance network responsible for resolving presented demands and promoting the dignity of these segment users.

Keywords

Social Assistance; Egress; Social-assistance Networking.

Introdução

O presente trabalho é parte de minha dissertação de mestrado e tem a proposta de analisar os processos de organização da Rede socioassistencial, voltada para atender os Egressos do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Esse trabalho surge a partir das reflexões desenvolvidas, através da linha de pesquisa: TRABALHO, POLÍTICAS SOCIAIS, SUJEITOS COLETIVOS, do curso de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio.

A partir de minha experiência profissional com egressos¹ do Sistema Penitenciário, surge à aproximação com a temática. Esta aproximação teve início enquanto assistente social e coordenadora da Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (RAESP), composta por instituições e fundações, privadas e do terceiro setor.

Na lógica de garantia de acesso, apresentaremos uma rede de serviços de atendimento ao egresso, constituída e em expansão no Município do Rio de Janeiro, que utiliza as práticas de intersetorialidade, apresentadas como formas de articulação e integralidade de suas ações e que foi motivadora para a realização deste trabalho.

A proposta da RAESP surgiu de instituições privadas, do terceiro setor, ONGs e fundações que já atuavam nesta temática mobilizando esforços para juntas, atenderem esse segmento e seus familiares.

¹ Considera-se egresso, o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento penal e o liberado condicional, durante o período de prova. Lei de Execução Penal (1984).



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Os objetivos da RAESP são: Viabilizar o acesso aos Direitos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na garantia de acesso a serviços para homens e mulheres egressos/as e internos/as do Sistema Penitenciário e seus familiares; atuar junto ao Conselho Penitenciário na solução das demandas apresentadas, em consonância com a Lei de Execução Penal - LEP/ 1984; reduzir o Índice de reincidência prisional no Município do Rio de Janeiro;

Partimos do pressuposto que a Rede Socioassistencial no município do Rio de Janeiro ainda mostra fragilidade. Não apresentando um conjunto de serviços, coerente com as demandas, fazendo com que esses egressos, sintam-se desprotegidos de seus direitos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos para este estudo, o primeiro elemento a ser tratado refere-se à sua *abordagem: qualitativa e quantitativa*. Quanto aos *procedimentos técnicos de coleta dados*, optou-se pela pesquisa de campo.

Nesse sentido, ressaltamos que foram utilizados instrumentos de coleta de dados tais como: entrevistas semiestruturadas com os membros da RAESP, com aplicação de um questionário previamente elaborado conforme definição dos objetivos que se pretende alcançar.

Sobre o *recorte espacial* ou *universo de pesquisa*, informamos que foi composto das 12 representantes de instituições que compõem a RAESP, que prestam assistência aos egressos no município do Rio de Janeiro. Desse total, identificamos sua natureza, os serviços ofertados, o perfil dos usuários atendidos e as demandas apresentadas.

Quanto ao *grupo social*, ou *atores sociais* que responderam as questões desse estudo, foram compostos de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados e egressos, responsáveis das instituições. Analisamos a organização dessas instituições e como atuam em Rede.

Por fim, sobre a *organização e análise dos dados*, destacamos que, na abordagem qualitativa, os dados serão tratados a partir das respostas identificadas nos discursos dos atores sociais. As análises dos dados foram fundamentadas no quadro teórico apresentado sobre o objeto em questão.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



1. Análise do Conceito de Rede

O conceito de rede tem sido utilizado para definir um novo modelo de ação. Apesar de o conceito ser trabalhado por diferentes abordagens, é considerado um conjunto de pontos conectados, em que cada um desses pontos representa uma diversidade de atores: organizações governamentais e não governamentais, comunidades, empresas, dentre outros, que vão determinar o tipo de rede que se caracteriza, os interesses, objetivos e valores compartilhados.

Para se constituir uma rede formal, seus membros precisam ter claramente o seu objetivo. Uma rede está sempre aberta à entrada de novos membros que aceitem as regras estabelecidas, ainda que as mesmas devam ser revistas à medida que a rede vá realizando seus objetivos ou definindo novos objetivos.

Segundo Menicucci (2002), O atendimento em rede deverá levar em conta as limitações, as possibilidades estruturais e institucionais das conjunturas nos diferentes níveis ou esferas de programas que constituem projetos federais, estaduais ou municipais, tendo como objetivo maior a qualidade do atendimento prestado ao usuário dos serviços sociais e a despersonalização das ações dos profissionais envolvidos, passando-as ao patamar da institucionalização, pois, só assim, efetivam-se os direitos sociais dos usuários, entendendo esse usuário como sujeito de direitos inteiro, ou seja, ele não é pontual, fragmentado e separado em partes. Isto quer dizer que, as necessidades sociais do usuário não existem segmentadas, separadas.

As ações pontuais e desarticuladas (contrário de intersectorialidade) não conseguiram alterar a dinâmica das vulnerabilidades sociais, a que os usuários dos serviços sociais ficam sujeitadas.

Dessa forma, Junqueira (2000) defende que as redes são estratégias de gestão social sob os princípios de intersectorialidade e descentralização capazes de congregam pessoas de uma mesma base territorial com o objetivo



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



de resolver os problemas sociais que os afetam de maneira integrada, representando uma alternativa de desenvolvimento social.

A intersectorialidade como um novo paradigma de gestão para política públicas é um caminho já sinalizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei 8.742/ 1993): “A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências e à universalização dos direitos sociais”.

Amaral (2007) enfatiza que as redes manifestam um desejo coletivo de inovação quanto às formas de organização política, numa desorganização consciente e intencional de estruturas que não mais correspondem às demandas e aspirações do grupo; revelam a existência de problemas que não conseguem ser resolvidos através das antigas estruturas e formas de gestão.

Segundo Castells (1999), o modelo que ele denomina de “informacional”, a fonte de produtividade se baseia na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e de comunicação de símbolos em que a informação é o ponto principal na organização social e o fluxo de mensagens compõe o encadeamento da estrutura social. Tal realidade forneceu as bases para expansão das redes.

Conforme Scherer-Warren (1999), a noção de rede refere-se a uma estratégia de ação coletiva, baseada numa cultura solidarística, cooperativa, horizontalizada e mais democrática para uma nova forma de organização da sociedade. Ainda na apreensão da autora, as redes relacionam-se com o tecido social, isto é com o sistema social e com as relações preexistentes.

Essa articulação será direcionada a uma questão que demanda intervenção seja ela governamental ou não. Nesse caso será formada uma *rede de movimento social* em que sociedade civil e o governo apresentarão propostas para a resolução da questão.

2. Problematização das Redes no âmbito das Políticas Públicas



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



No processo de desenvolvimento do capitalismo, com suas crises e o necessário ajuste dos processos de produção, as políticas sociais passam também a ser reconfiguradas. Nesse sentido, com a reestruturação produtiva, a gestão pública e a implementação das políticas sociais adquirem um novo modelo. A relação entre Estado e sociedade se altera, de forma que uma das questões que passam a ter relevância é a gestão social em rede. Nesse sentido, o Estado adota como estratégias, a descentralização e o trabalho em rede.

Através do discurso da gestão em redes, pretende-se assegurar a efetividade das políticas públicas, mais conhecidas por ações setoriais, desarticuladas e centralizadoras.

A rede de atendimento socioassistencial tem como um dos seus objetivos principais dar o apoio e proteção social, destinados aos usuários dos serviços sociais, que devem receber dessa rede, orientação e contribuição para efetivação de seus direitos.

No campo Federal, a preocupação com egressos originou-se de práticas designadas como ações de (re) inserção social, estas, possuem a intenção de instituir conexão entre Estado, sociedade e pessoas beneficiadas, com o objetivo de ampliação da resiliência e redução da vulnerabilidade em face ao sistema penal. A partir da atuação da sociedade civil, dos poderes públicos, entidades privadas e organizações do terceiro setor, os programas de apoio ao egresso do sistema penitenciário propõem-se à reinserção social e a redução de índices de reincidência. Para isto, suas atuações são fundamentadas na Lei de Execução Penal - LEP.

Consideramos que inserção social é o processo que ocorre na perspectiva de melhoria na qualidade de vida e na garantia de acesso a direitos, de segmentos como o egresso e pré-egresso, que na maioria das vezes, não tiveram oportunidades e tiveram sim os seus direitos constitucionais negados.

Para que haja a inserção social é necessário um trabalho em conjunto com todas as esferas da sociedade, quer pública, privada ou iniciativas de terceiro setor. É necessário que haja uma transformação do posicionamento



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



da sociedade em relação ao preso e ao egresso que dificilmente são reconhecidos como indivíduos de direitos. É necessário também que haja efetivação de fato das políticas públicas voltadas para este segmento, bem como a ampliação de dessas políticas, pois Costa (2012, p. 7, 8) afirma que:

Outro problema que atinge a raiz do sistema prisional do Rio de Janeiro é a escassez de política pública penitenciária no sentido de reduzir ou prevenir a reincidência ao crime e a violência, a estigmatização do indivíduo que cumpre ou já cumpriu pena, inclusive políticas públicas direcionadas para o atendimento dos egressos prisionais e seus familiares. (Costa, 2012, p. 7-8)

A LEP dispõe, em seu artigo 1º, que o objetivo fundamental da execução penal é “proporcionar condições para harmônica integração social do condenado e internado”. Não é o que de fato acontece. A prestação do dever estatal, no âmbito da inserção social, deveria traduz-se em ações que promovam a elevação da escolaridade, a assistência aos apenados, egressos e internados, bem como a profissionalização, integração ao mercado de trabalho e geração de renda.

Deste modo, a partir da estrutura referente ao atendimento em rede, pode-se perceber uma possibilidade que alarga o exercício da cidadania nas suas diferentes formas, assim como os atendimentos sociais passam a ganhar novos significados. As Redes Sociais, não substituem o papel de provedor do Estado.

O trabalho em rede precisa mais do que a intencionalidade de trocar uns com os outros, mas a formação de uma estrutura orientada para uma ação a partir da construção de um planejamento, de definição de objetivos e de onde se quer chegar.

3. O Trabalho em Rede:

A RAESP é a Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário, que tem suas ações desenvolvidas no território, do Estado do Rio de Janeiro. Criada em maio de 2006 através de iniciativas de algumas instituições, com o foco na importância da pluralidade e interdisciplinaridade para alcançar objetivos comuns – melhores condições para a inserção social de egressos.

Fazem parte da referida Rede:



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Banco da Providência, Fundação Santa Cabrini, Centro de Integração Social e Cultural – CISC /uma chance, Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, Pastoral Carcerária, Patronato Magarinos Torres da SEAP ; O Projeto do Cárcere a Universidade – UERJ, O Projeto Começar de Novo do Tribunal de Justiça, Centro Espírita Casa do Perdão, Convenção Batista Carioca, Associação Luz da Liberdade, Instituto Amendoeiras e membros individuais.

A Rede está em expansão e possui, na qualidade de seus representantes, a intenção de trabalhar conjuntamente para alterar a realidade dos egressos e presos. Trabalhar arduamente para sensibilizar as autoridades quanto às demandas dos mesmos.

A participação dos membros da RAESP, nos espaços de debates de formulação de políticas públicas, faz parte do processo de luta deste movimento para discutir a efetivação e ampliação dos direitos de cidadania aos internos e egressos.

Resultados e Discussão da Pesquisa

Foram entrevistados para esta pesquisa, com duração de dois meses, doze (12) membros (representantes) institucionais. Na pesquisa realizada apresentamos o perfil das instituições entrevistadas, considerando as seguintes variáveis: natureza; ano de fundação; cargo ou função do entrevistado; área da atuação, serviços ofertados e público alvo. Também, apresentamos o perfil do público, atendido pela Rede, considerando as seguintes variáveis: sexo do público dominante; faixa etária; escolaridade; Tempo na prisão; delitos mais frequentes e principais demandas apresentadas.

Avaliação da Rede:

Ao realizar a pesquisa com os membros da RAESP, consideramos de suma importância conhecer a avaliação dos participantes sobre o entendimento de Rede. As questões, que envolvem a avaliação sobre a RAESP e parcerias, foram extraídas de depoimentos obtidos durante a



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



entrevista, ou seja, trata-se de registros de algumas narrativas dos entrevistados sobre a sua participação.

Em meio à grave expressão da questão social, a criminalidade, revela a reincidência como um problema crucial. Às críticas ao sistema carcerário enquanto “escola do crime”, soma-se o fato de que programas voltados para a inserção social surtem um efeito muito ilimitado sobre a vida dos detentos. Além disso, tais ações não alcançam os egressos do sistema, que deveriam ser um público primordial de programas dessa natureza.

Os resultados da pesquisa permitiram consolidar dados para responder o pressuposto de que a Rede Socioassistencial no município do Rio de Janeiro, ainda mostra fragilidade. Porém, através do trabalho em Rede, que a RAESP, com o propósito de assegurar e afirmar os direitos sociais do egresso do sistema penitenciário cumpre o papel de mediadora. E vem tentando mudar esse cenário, com todas as limitações e possibilidades que existem.

A pesquisa concluiu que o acesso dos egressos a programas de capacitação para o trabalho deve ser priorizado. O fortalecimento de programas de pleno desenvolvimento humano, que visem à construção do autorrespeito e da autodeterminação, como primeiro passo no exercício da cidadania, pode criar condições para diminuir a reincidência no crime.

Esta pesquisa demonstrou que as políticas públicas para esse segmento de usuários, são frágeis ou inexistentes. Tornando fundamental a permanente busca pela humanização do sistema prisional e o estímulo do apoio ao egresso e de sua inserção ao trabalho.

A RAESP não se propõe a fazer o papel do Estado, mas sim contribuir com os órgãos responsáveis, demonstrando que com planejamento e profissionalismo é possível alcançar resultados positivos. O propósito da RAESP é que as experiências bem sucedidas das Organizações que a compõe, transformem-se em Políticas Públicas. Sempre na perspectiva de ampliação dos mecanismos de fortalecimento do egresso do sistema penitenciário para que ele participe de forma ativa do processo de inserção social e passe a ocupar o espaço que lhe é de direito: o de cidadão brasileiro.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A inserção social, somente acontecerá se houver ações integradas. Sem a mudança de posicionamento da sociedade, dificilmente os egressos serão reconhecidos como homens e mulheres portadores de direitos e da vida em coletividade. É cogente também que haja uma transformação na conjuntura socioeconômica do país, criação de políticas públicas a fim de reduzir a discriminação e a desigualdade social.

Considerações Finais

Finalizando as considerações desse Trabalho, a precarização das políticas públicas, em face da redução de recursos e atendimento ao mínimo social, faz com que cada vez mais seja realizado o complemento das demandas da população junto à sociedade civil, preenchendo assim as lacunas apresentadas pela política pública.

O enfrentamento entre a efetivação das políticas sociais e o Estado neoliberal, cria um fenômeno que se caracteriza pela transferência para o Poder Judiciário, a responsabilidade de promover o enfrentamento à questão social, na perspectiva de efetivação dos direitos humanos.

No caso do atendimento ao egresso, os recursos e a política desenvolvida a nível nacional e estadual, não atendem aos egressos na sua totalidade. Desta forma a sociedade civil organizada encontra formas de atender estas demandas apresentadas pelos egressos, através da Rede e das instituições que a compõe.

Vale ressaltar que a política pública desenvolvida diretamente pelo Estado não atinge totalmente seus objetivos institucionais, porém, indiretamente, através de Conselhos e Fundos Especiais, direcionam recursos às instituições não governamentais para complementar suas ações. Neste sentido os parceiros da Rede Social, podem ser cada vez mais solicitados, a fim de complementar ou mesmo substituir o papel do Estado.

Neste modelo o Estado, executor direto das políticas públicas, aos poucos passa este papel para as redes sociais, muitas vezes sem controle dos seus resultados, sem levar em conta os critérios de eficiência, eficácia e efetividades, preconizados pela gestão pública nas ações.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Assim, pode-se considerar que o estudo colabora para constatação de que não existe uma política pública nacional efetiva de atendimento ao egresso, o que faz com que a ação da rede socioassistencial, seja responsabilizada pela resolução de demandas apresentadas e a promoção da dignidade deste segmento de usuários.

Esse Estudo tentou mostrar o importante papel da rede de apoio, como resposta as demandas por legislações atualizadas e políticas públicas específicas. Que promovam conhecimento, estabilidade econômica, satisfação e desenvolvimento pessoal e a valorização do indivíduo.

Em um universo de negação constante dos direitos, onde a própria sociedade clama pela redução dos direitos oferecidos às pessoas privadas de liberdade, a própria atuação da RAESP é um avanço na luta por justiça social.

Referências Bibliográficas

AMARAL, V. **Rede: uma abordagem operativa.** Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/artigo2287.htm>>. Acesso em:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Lei de Execução Penal.** Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, N. **Sistema prisional do Rio de Janeiro, punitivo e controlador.** II CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2012.

FONSECA, K. H. C.; KAMIMURA, Q. P. **O perfil de egressos do sistema penitenciário numa central de atendimento ao egresso e familiar na região do Vale do Paraíba.** São Paulo, 2010.

JUNQUEIRA, L. A. P. Organizações sem fins lucrativos e redes na gestão de políticas sociais. **Caderno de Administração**, PUC-SP, N. 3, 2000, p. 101-126.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

MADEIRA, L. M. A atuação da sociedade civil na ressocialização de egressos do sistema penitenciário. VII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra, Portugal, 2004.

MENICUCCI, T. M. G. **Intersectorialidade, o desafio atual para as políticas sociais.** Pensar BH/Política Social. Belo Horizonte: Prefeitura, n. 3, 2002, p. 10-13.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SIQUEIRA, J. R. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 67, 2001.

SPOSATI, A. Políticas Sociais e Assistência Social. In: **Debates Sociais – Exclusão Social – Novas e velhas formas.** Rio de Janeiro: CBCISS, 2001, p. 133-140.